



ATA DA 329ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1

2 No dia trinta de abril de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, na sala das Comissões Deputado
3 Luiz Cabral – Assembléia Legislativa da Bahia, teve início a 329ª reunião ordinária do Conselho Estadual
4 do Meio Ambiente - CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo Mattedi, secretário executivo,
5 presidente em exercício, representante da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. Estiveram presentes
6 pelo Cepram, os conselheiros: Aurinézio Calheira e Sergio Bastos representantes do Comitê de Fomento
7 Industrial de Camaçari – COFIC; Celene Almeida de Brito representante da entidade ambientalista
8 GRIN9; Débora Fontes representante do Movimento Ambientalista ECOTERA; Erisvaldo Melo
9 representante da entidade ambientalista Terra Viva; Irundi Edelweiss representante da Federação das
10 Indústrias e dos Trabalhadores do Estado da Bahia – FIEB; José Renato Santana Souza representante da
11 entidade ambientalista PAPAMEL; José Roberto Celestino representante do Sindicato Nacional das
12 Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO; Iglesias Brasil representante da entidade
13 ambientalista Instituto de Ação Ambiental da Bahia – IAMBA; Josemário Martins da Silva representante
14 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; José Cisino Menezes Lopes representante da
15 Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia – CODEAGRO; Laelson Dourado
16 representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Leticia Nobre representante da
17 Secretaria da Saúde; Luiz Ricardo Montagna representante da entidade ambientalista ASCAE; Marcelo
18 Miranda representante da Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado da Bahia –
19 APEFEBA; Paulo Sergio Vila Nova representante da entidade ambientalista IESB; Romeu Temporal
20 representante da Secretaria do Planejamento – SEPLAN; Roseane Palavizini representante da entidade
21 ambientalista Instituto Autopoiesis; Kennedy Tavares representante da Fundação Terra Mirim; Ana Maria
22 Lima representante da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA; Juliana Freitas, Kitty Tavares, Eliuda
23 Soares e Jader Cardoso representantes da Secretaria Executiva do Cepram, além de convidados. Constaram
24 em pauta: abertura da sessão; Informes; Tribuna Livre; Apreciação das Atas da 327ª e 328ª Reuniões
25 Ordinárias, de 06 e 27/03/09; Relato de Processos: adiado; pedido de vistas; novos. O que ocorrer. O
26 conselheiro Eduardo Mattedi cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta.
27 Em seguida registrou as ausências justificadas da SEAGRI e CRBIO5; ressaltou que estavam sendo
28 realizadas em todo Estado da Bahia audiências públicas para apreciação da minuta de Lei que institui a
29 Política Estadual de Educação Ambiental elaborada pela Comissão Interinstitucional de Educação
30 Ambiental - CIEA com repercussão bastante positiva; falou que esse trabalho era resultado de uma
31 mobilização muito grande do Estado e falta realizar quatro seminários; informou que após o término dessa
32 atividade será realizado uma reunião conjunta da CIEA e o CEPRAM. Passou a palavra a Kitty Tavares
33 para alguns informes: registrou o andamento das inscrições dos segmentos para participação da
34 Assembléia de eleição biênio 2009-2011; informou que foi prorrogado o prazo para inscrições do
35 segmento da Sociedade Civil: comunidade ou população tradicional decorrente de dificuldades de acesso
36 às informações via internet. O próximo item da pauta referiu-se a Tribuna Livre: a conselheira Leticia
37 Nobre comunicou que será realizada a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental no mês de dezembro
38 envolvendo os Ministérios da Saúde, das Cidades e do Meio ambiente e o objetivo principal será discutir a
39 proposição da política nacional de saúde ambiental do nosso país; falou que a Secretaria da Saúde solicitou
40 o encaminhamento de três representantes deste Conselho até o dia 15 de maio de 2009 para compor a
41 Comissão Organizadora Estadual (COE – 1ª CNSA). O conselheiro Mattedi informou que estava sendo
42 preparada a metodologia para o processo dessa Conferência no âmbito do meio ambiente a fim de garantir
43 o que estava previsto na Legislação Estadual. A conselheira Leticia Nobre apresentou denúncia veiculada
44 no site www.politicaspublicasbahia.org.br intitulada “*Gravíssima Ameaça acomete os membros da*
45 *Associação dos Remanescentes do Quilombo de São Francisco do Paraguaçu*”. O conselheiro Erisvaldo
46 Melo informou que ocorreu no dia 23 de abril p.p. uma audiência pública da Ouvidoria Agrária - Câmara
47 de Vereadores no município de Eunápolis, reflexo da ocupação de propriedades da empresa Veracel
48 Celulose, Fazenda Barreirinha; fez considerações quanto às licenças concedidas para atividades de
49 monocultura no Extremo Sul de forma excessiva; disse que se pressupõe tratar de áreas devolutas
50 resultante das políticas ambientais; destacou que se mudava a matriz agrícola de uma região inteira em
51 função de três empresas refletindo diretamente na ação social; alertou que essa política ambiental nociva
52 deve ser revista; falou que não existiam terras com preço compatíveis para que o INCRA possa adquirir;
53 afirmou que este governo tem feito algo para regularizar esta situação, mão não era o suficiente e nos

governos passados usou-se a política do absurdo; fez um apelo, para que o Estado se aproprie dessa situação, inclusive com participação nas reuniões que são realizadas na Ouvidoria Agrária Nacional. A conselheira Letícia Nobre informou que no dia 14 de abril foi realizada uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa para discutir as questões do amianto e se pretendia realizar mais duas reuniões para dar continuidade ao assunto; sugeriu que o Conselho pudesse acompanhar esse assunto ou talvez coloca-lo em pauta numa próxima reunião. O conselheiro Mattedi passou a palavra a Elizabeth Wagner diretora geral do Instituto do Meio Ambiente – IMA que esclareceu um dos pontos abordados pelo conselheiro Erisvaldo Melo considerado extremamente importante e registrou que desde ano 2007 o IMA não licenciou até o presente momento nenhuma atividade de monocultura no Extremo Sul; disse que o Estado não tinha conhecimento do que as 24 prefeituras licenciavam o que causou um descontrole completo sobre o Território do Extremo Sul; disse ainda que precisou ser feito um prévio diagnóstico em permanente elaboração e atuação avançada com aprimoramento constante da base das informações existentes; falou que esse diagnóstico foi apresentado no final de 2008 a este Conselho, bem como a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa; registrou que houve uma preocupação muito grande com os resultados apresentados e essa Assembléia se comprometeu a convocar uma audiência especial para tratar do assunto em questão. O conselheiro Mattedi citou as denúncias ocorridas através de ação do Promotor do Ministério Público contra o CEPRAM e o IMA com base no diagnóstico fornecido pelo próprio Governo e que fora utilizado abertamente na imprensa, no entanto até o momento não foi apresentado o processo para defesa do Estado; comentou que essa situação fere a imagem do Ministério Público por se tratar de uma instituição tão importante para a segurança institucional desse país. O conselheiro José Cisino informou que foi dado início ao cadastramento das propriedades agrícolas de três municípios da região Oeste com esforço conjunto entre o Governo do Estado, Ministério Público, IBAMA e a iniciativa privada com finalidade de efetuar o licenciamento ambiental daquelas cidades no intuito de resolver o passivo ambiental; sugeriu que outras regiões possam adotar o mesmo modelo. Ato contínuo, a Sra. Elizabeth Wagner fez colocações sobre a questão do Extremo Sul e informou que estava prevista a monocultura de cana para biocombustível numa área de 300 mil hectares, para tanto o IMA estava fazendo Avaliação Ambiental Estratégica; disse que será feita apresentação da concepção dessa avaliação para o Extremo Sul; informou que quanto à regularização das áreas do Oeste da Bahia, o IMA dispunha de oito técnicos em Barreiras e mais quatro nas proximidades; comunicou que foi efetuada uma ação programada de localização para futura averbação das reservas legais com prioridades bastante definidas. O conselheiro Laelson Dourado solicitou a presidência à concessão de dez minutos ao Sr. Liu Ming Diretor de Desenvolvimento da DESENVIX, pertencente ao grupo Engevix Engenharia S/A, empresa de engenharia consultiva destinada a desenvolver negócio na área de energia. O Sr. Liu Ming apresentou o Projeto de Energia Eólica, bem como localização dos escritórios no Brasil e em outros países, dados geral e aspectos ambientais, informações técnicas, vantagens e cronograma de execução. O conselheiro Mattedi agradeceu ao representante da DESENVIX; ressaltou que era necessário reforçar essa política a nível nacional que viabilize os leilões da eólica com outras de geração de energia. Passou para apreciação das Atas das reuniões 327ª e 328ª que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida apreciação dos Processos sob rito sumário: **Processos nº 2008-014647/TEC/LL-0117** – SLS – Gerenciamento de Tecnologia Ltda, Termo de Referência para instalação de Pequena Central Hidrelétrica – PCH no município de Lençóis, conselheiro relator Kennedy Tavares; **Processo nº 2008-002463/TEC/LL-0041** – Renova Energia S/A, Licença de Localização para instalação de PCH no município de Juracitaba, conselheiro relator Sergio Bastos. Houve pedido de Adiamento aos **Processos nºs 2007-004056/TEC/LL-0040** – Enerbrás Comercializadora de Energia Ltda, Licença de Localização para PCH no município de Vereda, conselheira relatora Letícia Nobre; Os Processos nºs **2008-004898/TEC/LI-0031** – FOP Empreendimentos Ltda, Licença de Implantação para o Loteamento Residencial em Feira de Santana, conselheiro relator Marcelo Miranda; **2007-000667/TEC/AIMU-0036** – Cimento POTI S/A, recurso interposto. Os Processos considerados em Destaque: **2008-020217/TEC/LL-0142** – Prima empreendimentos Inovadores S/A, Termo de Referência – TR para Complexo Turístico Residencial no município de Esplanada, conselheiro relator Iglesias Brasil que apresentou voto recomendando a aprovação do TR e solicitou ajustes de informações documentais que devem ser apresentadas nas próximas etapas do processo de Licença Ambiental. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. A conselheira Letícia Nobre reforçou a necessidade de uma justificativa do por que da implantação demasiada de campus de Golf nesse projeto e outros no Litoral Norte. A Sra. Elizabeth Wagner esclareceu os procedimentos internos adotados para formação de um processo. A conselheira Roseane Palavazini reforçou as considerações apresentadas pelo

conselheiro Iglesias Brasil. O conselheiro Josemário Martins chamou a atenção da necessidade de responsabilizar os empreendimentos hoteleiros com relação ao tratamento de resíduos sólidos gerados. Em seguida o conselheiro Mattedi colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. **Processo 2003-005925/TEC/LL-0056** – Vanádio de Maracás Ltda, Licença de Localização para implantação do empreendimento minero-industrial do minério de vanádio, conselheiro revisor Ricardo Montagna que apresentou voto favorável, mas recomendou o pedido de avocação para as licenças de implantação e operação para esclarecimento quanto à origem de utilização da água. O conselheiro Mattedi sugeriu a instituição de uma Comissão de Acompanhamento como acréscimo de condicionante a ser deliberada posteriormente e todos concordaram. O conselheiro Roberto Celestino se reportou ao IMA e sugeriu que fosse exigido do INGÁ a outorga de água previamente a Licença de Localização para empreendimentos consumidores de água elevada. O conselheiro Josemário Martins solicitou a substituição e reforçou o pleito da comunidade de Remanso quanto ao início das obras relacionadas a esse programa, bem como priorizar a Licença Ambiental pelo IMA do Projeto Coelba/Programa Luz para Todos na Comunidade de Ramos/Maravilha no município de Remanso para que sejam iniciadas as obras relacionadas ao referido programa nessas comunidades e que sejam agilizadas as outras licenças no IMA para o Programa Luz para Todos que são executados pela COELBA em diversos municípios da Bahia. José Renato fez um apelo, para que os representantes do Vanádio tivessem uma preocupação com as comunidades do entorno do município de Maracás. A Sra. Elizabeth Wagner esclareceu que estava de acordo que a outorga deveria ser apresentada previamente a Licença de Localização, porém existia uma Resolução CEPRAM – Norma Técnica que prevê que pode ser na Licença de Implantação a outorga de água, e, propôs um conhecimento de todos para analisar uma possível revisão dessa Norma. Foi reiterada a solicitação de presença de representante do INGA nas reuniões do Conselho. O conselheiro Mattedi colocou em votação e todos concordaram com a aprovação. **Processo nº 2008-012362/TEC/LL-0098** – Ferrobahia Siderúrgica, Termo de Referência para implantação de siderúrgica para produção de ferro-gusa, conselheiros revisores Paulo Sergio e José Renato. O conselheiro Paulo Sergio considerou o Termo de Referência muito bem elaborado, bem como um processo com evolução de construção e apresentou voto favorável com acréscimo de condicionantes, a saber: “**a)** avaliar a sustentabilidade e viabilidade de se manejar 180.000 ha de nativa; **b)** considerar a questão da proteção e conservação do bioma caatinga e das áreas de cabruca no sul da Bahia; **c)** o Plano de manejo por pequenos proprietários atenderia a uma demanda social, mas o controle ambiental teria que ser rigoroso; **d)** Indicar alternativas para abastecimento sustentável nos 7 primeiros anos; **e)** analisar com cautela as baterias de fornos: procurar concentrá-los para um maior controle quanto ao uso da nativa, saúde e condições de trabalho. A empresa não deveria terceirizar os fornos. Analisar também concentração de gases; **f)** apresentar sustentabilidade para 100% do abastecimento, e; **g)** solicitar no EIA-RIMA indicadores de sustentabilidade para o fomento”. O conselheiro José Renato falou do encaminhamento de todo o processo para apreciação da matéria e considerou bastante positiva a ação do IMA com relação aos documentos constantes desse processo que facilitou em muito os trabalhos realizados. O conselheiro Marcelo Miranda comentou sobre os 180 mil hectares de manejo; disse que se trata de uma alternativa de inclusão de manejo e não necessariamente deve ser feito; disse que pelo porte do empreendimento, seria obrigado a formar florestas e fazer o chamado Plano de Suprimento Sustentável – PSS e afirmou que fazer manejo florestal de caatinga para suprir a Ferrobahia de carvão era um absurdo e não entendia como seria possível a retirada seletiva de árvores daquele bioma; recomendou que a mão de obra envolvida na produção do carvão fosse da própria empresa como forma de minimizar e garantir uma melhor qualidade de vida. A conselheira Roseane Palavizini externou preocupação com as questões da produção e o manejo de carvão e reforçou a recomendação do conselheiro Marcelo Miranda. A conselheira Letícia Nobre sugeriu que no item referente à avaliação da situação de saúde pública sobre a área de influência do empreendimento, fosse acrescentado coeficiente de morbidade, bem como estudos que contemplem patologias cardiovasculares e as neoplasias; reforçou também as questões quanto à produção de carvão do ponto de vista das condições de trabalho e da saúde. Também o compromisso da prevenção da mão de obra infantil. O conselheiro Josemário Martins sugeriu que fosse acrescentado ao TR um estudo visando a implantação de uma Unidade de Conservação integral do bioma caatinga no município de Jequié, bem como estudos que orientasse a tomada de decisão sobre a compensação ambiental. O conselheiro Erisvaldo Melo solicitou esclarecimentos com relação à análise do Plano de Suprimento Sustentável – PSS. O conselheiro Marcelo disse que são definições técnicas e ressaltou que o manejo florestal não altera o uso ou seja se faz uma extração da vegetação natural. O conselheiro Mattedi passou a palavra ao Diretor de Florestas do IMA, Ruy Muricy que prestou alguns esclarecimentos do que seja um

Plano de Manejo Sustentável; sugeriu buscar um especialista na área para apresentar ao Conselho discussões sobre esse tipo de Plano. O conselheiro Mattedi colocou em votação e foi aprovado com dois votos contrários, sendo um dos votos o do conselheiro Erisvaldo Silva Melo; ressaltou que o pedido de vista concedido a essa matéria na reunião anterior deu maior celeridade ao processo, permitiu uma discussão mais qualificada, para que nesta reunião os encaminhamentos tivessem um bom desempenho com resultado positivo. O conselheiro Josemário Martins parabenizou os trabalhos realizados pelos conselheiros Paulo Sergio e José Renato para qualificar o Termo de Referência que viabilizará os estudos de impactos, que possa garantir a concessão dessa licença ambiental. O conselheiro Mattedi registrou a presença do Sr. Roy Funck Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Lençóis e do vice-prefeito de Jequié Eduardo Lopes que registrou o atendimento de forma cordial por Ruy Muricy ao buscar informações sobre o andamento desse Termo de Referência e da satisfação por todos os esclarecimentos pertinentes; disse que estava tendo a oportunidade de testemunhar a responsabilidade desse trabalho pelo Conselho e o IMA que objetiva viabilizar a instalação desse empreendimento, garantindo a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jequié de acompanhar as atividades, em cumprimento a Legislação, no sentido de se preservar a questão ambiental. **Processo nº 2006-000136/TEC/LL-0003** – Magela Engenharia Ltda, Termo de Referência para instalação de Pequena Central Hidrelétrica – PCH no município de Lençóis, conselheiro relator Kennedy Tavares. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. O conselheiro Roberto Celestino fez observações quanto à natureza desse empreendimento, pois havia semelhanças com o outro Processo da SLS - Gerenciamento de Tecnologia Ltda e dava a entender que se tratava do mesmo empreendimento. O Sr. Silvio Orrico diretor de Licenciamento do IMA, esclareceu que se tratava de empresas diferentes com a mesma atividade, mesma localidade, no entanto o TR do empreendimento MAGELA LTDA precisou passar por procedimentos de atualização em conformidade com a nova Lei; registrou que as atuações de ambos os empreendimentos serão realizadas de forma única, a exemplo de reuniões e audiências públicas e no final será feito uma síntese dos dois estudos. Por fim, o conselheiro Mattedi colocou em votação e foi aprovado com um voto contrário. Passou para o **Processo nº 2008-002161/TEC/LL-0039** - Renova Energia S/A, Licença de Localização para Pequena Central Hidrelétrica – PCH no município de Guaratinga. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. O conselheiro Erisvaldo Melo solicitou vistas a matéria justificando o não acesso aos autos desse processo, bem como gostaria de analisar aspectos das questões agrárias. O conselheiro Mattedi ressaltou que, devido ao feriado ocorrido durante o prazo que a Secretaria Executiva dispunha para o envio, via correio, do material, dificultou o recebimento pelo destinatário em tempo hábil. O conselheiro Josemário Martins pediu informações quanto à questão fundiária, formação de lago em área inundável e como será o processo de aquisição das terras. O conselheiro Mattedi concedeu a vista conjunta aos conselheiros Erisvaldo Melo e Josemário Martins. Passou para a pauta suplementar: **Processo nº 1420080048320** – Decisão Judicial referente ao Mandado de Segurança que resultou na suspensão por medida liminar, da Resolução CEPRAM nº 3847, que insere parâmetros para o uso e a ocupação do solo para empreendimentos na Zona de Proteção Visual da APA Litoral Norte do Estado da Bahia, teve como relator indicado inicialmente, o conselheiro Sergio Bastos que formalizou um pedido de repasse da relatoria ao conselheiro Irundi Edelweis, não sendo possível ser relatado pelo não acesso aos autos do processo em tempo hábil. O conselheiro Irundi Edelweis registrou que a FIEB solicitou acesso aos autos com certa antecedência sem êxito; sugeriu o encaminhamento da matéria para uma análise mais detalhada na Câmara Técnica de Biodiversidade. O conselheiro Mattedi esclareceu que na época dessa solicitação, obviamente não pode ser atendida, porque essa matéria estava sobre decisão interna do Governo mediante o Parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE, sendo liberado dois dias antes desta reunião, porquanto inserida como Pauta Suplementar; ressaltou que esse Parecer foi entendido pela Secretaria Executiva do CEPRAM de que realmente se deve acatar o mandado por compreender as falhas apontadas nessa Resolução e proceder um ato suspensivo diante da realidade do Litoral Norte e do Plano de Manejo que tem problemas relativos à classificação de Zonas de Proteção Visual - ZPV; fez a proposta de envio desse processo a Câmara Técnica de Biodiversidade para continuação dos estudos necessários a adequação do Plano de Manejo ao uso da ZPV na região do Litoral Norte; ato continuo, colocou em votação o cancelamento da Resolução nº 3847, de 25 de abril de 2008 e foi aprovado por unanimidade passando a vigorar a Resolução nº 3813, de 20 de dezembro de 2007. A conselheira Roseane Palavizini propôs que durante as discussões dessa matéria na CT fosse previsto um estudo que possa fortalecer a decisão técnica sobre ZPV. Em seguida, o presidente em exercício, Eduardo Mattedi, registrou a presença do deputado José Neto e agradeceu a cessão do espaço para realizar esta reunião. Passou para O que Ocorrer: O conselheiro Paulo Sergio solicitou

acompanhamento nos processos do Pólo Naval da Bahia, em Iguape, e do Porto Sul, bem como convocar uma apresentação para este Conselho dos representantes da COPE/UFRJ sobre os resultados dos estudos que estão sendo realizados na região do Porto Sul juntamente com um Relatório disponibilizado a todos os conselheiros. O conselheiro Josemário Martins agradeceu a diretoria do IMA pela diligência aos processos de supressão de vegetação do programa Luz para Todos e reforçou o pleito da comunidade de Remanso quanto ao início das obras relacionadas a esse programa; registrou que o dia 28 de abril era considerado “Dia Nacional da Caatinga”. Passou para a constituição da Câmara Técnica de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, a ser composta por três membros integrantes por segmento e foram indicados conforme acordados pelos membros entre si a representação pela **sociedade civil: titulares:** APEFEBA, GRIN9 e IAMBA e **suplentes:** ECOTERRA, ASCAE e IESB; pelo **setor econômico:** FIEB, COFIC, SINDICATO DE ITACARÉ e **suplentes:** SINAENCO, AIBA e COFIC ; pelo **setor Público:** SICM, SEPLAN e SEMA; informou que a Câmara Técnica de Biodiversidade se reunirá no dia 13 de maio, às 09h00, na sala de reunião desta Secretaria. O conselheiro Iglesias Brasil reiterou posicionamento do colegiado e apresentou um Inquérito Civil nº 004/2008, encaminhado pelo Promotor de Justiça João Alves de Silva Neto ao Promotor de Sta. Cruz de Cabralia, Gustavo Fonseca Vieira que apura danos ambientais que seriam causados com a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica - PCH denominada “Pau Ferro”, zona rural, no município de Eunópolis; pediu proceder com a oitiva do Conselheiro Ricardo Montagna que atuou como relator do Processo nº 2008-002458/TEC/LL-0037 – RENOVA ENERGIA S/A que apresentou à época, voto favorável a concessão da licença de localização ao empreendimento. O conselheiro Mattedi lembrou que se tratava do mesmo promotor que fez veicular duas matérias no Jornal A Tarde sobre a problemática da monocultura do Eucalipto no Extremo Sul sob divulgando da emissão de dois processos de ação civil impetrados ao IMA e o CEPRAM, responsabilizando estas instituições, mas, até o momento, não há registro desses processos, fazendo-se uso da mídia para divulgação de ato não respaldado na prática, não tendo, estas instituições, espaço para defesa; propôs a elaboração de uma minuta de representação através da Secretaria Executiva para apreciação do Conselho e posteriormente ser encaminhada ao Ministério Público. A conselheira Letícia solicitou cópia do Inquérito Civil para todos os membros deste Conselho. O conselheiro Paulo Sergio fez referência a multa aplicada a Petrobrás pelo IMA e solicitou a apresentação do Relatório do impacto causado pelo vazamento ocorrido na Baía de Todos os Santos nos valores de R\$ 30 milhões. O Deputado José Neto registrou que foi solicitada uma audiência pública com os representantes da Petrobrás e o IMA para um debate com relação ao ocorrido. Em seguida o conselheiro Eduardo Mattedi presidente em exercício, agradeceu a presença de todos. Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 13h30. Eu, Eliuda Soares Costa dos Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste Conselho. Salvador, 30 de abril de 2009.

Presentes:

Membros CEPRAM:

Eduardo Mattedi – presidente em exercício
Ana Maria Lima - SEINFRA
Aurinézio Calheira - COFIC
Erisvaldo Melo - Terra Viva
Iglesias Brasil – IAMBA
Irundi Edelweiss - FIEB
José Cisino M Lopes - CODEAGRO
Josemário Martins – S.T.Itacaré
José Renato Santana Souza – PAPAMEL
José Roberto Celestino – SINAENCO
Laelson Dourado – SICM
Letícia Nobre – SESAB
Luiz Ricardo Montagna - ASCAE
Marcelo Miranda – APEFEBA
Paulo Sergio Vila Nova - IESB;
Romeu Temporal– SEPLAN;
Roseane Palavizini - Instituto Autopoiesis;
Sergio Bastos – COFIC

Kennedy Tavares – Fundação Terra Mirim

Secretaria Executiva/SEMA/SPS: Kitty Tavares, Jader Cardoso, Juliana Freitas e Eliuda Soares